

Sumário

Introdução.....	1
Primeira Parte – Fundamentos dos Direitos Morais e sua Formação Histórica ...	5
Capítulo 1 – Conceito, Denominação, Natureza Jurídica e Características dos Direitos Morais.....	7
1.1. Conceito de direitos morais	8
1.2. Denominação: direitos morais, extrapatrimoniais ou pessoais	9
1.3. Natureza jurídica dos direitos morais	11
1.4. Características dos direitos morais.....	13
1.4.1. Inalienabilidade.....	13
1.4.2. Irrenunciabilidade	15
1.4.3. Intransmissibilidade	16
1.4.4. Imprescritibilidade	18
1.4.5. Perpetuidade dos direitos morais à paternidade e à integridade	19
1.4.6. Impenhorabilidade.....	22
Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Autoral.....	23
2.1. A Antiguidade greco-romana.....	23
2.2. A Idade Média	27
2.3. A invenção de Gutenberg (1450) e a posterior censura sob a forma de privilégios	29

2.4. A primeira lei autoral: Ato da Rainha Ana (Inglaterra, 1710)	34
2.5. A Revolução Francesa: abolição dos privilégios e surgimento da noção de “propriedade intelectual”	35
2.6. A construção jurisprudencial dos direitos morais: França, século XIX....	37
Capítulo 3 – Breve Histórico das Legislações Autorais Brasileiras.....	41
3.1. Lei Medeiros e Albuquerque, de 1898.....	43
3.2. Código Civil de 1916 (CC-1916).....	43
3.3. Lei n. 5.988, de 1973 (LDA-73)	44
3.4. Lei n. 9.610, de 1998 (LDA-98).....	45
Capítulo 4 – Reconhecimento dos Direitos Morais no Âmbito Internacional	47
4.1. Reconhecimento do direito moral na revisão da Convenção de Berna (Roma, 1928)	47
4.2. Reconhecimento do direito moral na Declaração Universal dos Direitos Humanos (França, 1948)	49
4.3. Exclusão dos direitos morais no Acordo TRIPS (1994)	49
Capítulo 5 – Natureza Jurídica do Direito Autoral	53
5.1. Teoria do privilégio	53
5.2. Teoria do direito real de propriedade.....	54
5.3. Teoria do direito de personalidade	56
5.4. Teoria dos direitos intelectuais.....	57
5.5. Teoria do direito da coletividade	57
5.6. Teoria do direito pessoal-patrimonial: adotada pela legislação brasileira.....	58

Capítulo 6 – Repersonalização do Direito Autoral	61
6.1. Conceito, terminologia e fundamentos	61
6.2. A visão patrimonialista do Direito Autoral e a proposta de repersonalização	62
6.3. Pessoa jurídica pode ser titular de direitos morais?	69
Segunda Parte – Os Direitos Morais Previstos Na Lei Autoral Brasileira	73
Capítulo 7 – Direito à Paternidade da Obra.....	77
7.1. Considerações iniciais	77
7.2. Terminologia.....	77
7.3. A paternidade nasce com a criação da obra e não com o registro.....	79
7.4. O absurdo art. 667 do Código Civil de 1916.....	82
7.5. A “coautoria” de obras musicais	91
7.5.1. Casos na história da Música Popular Brasileira.....	95
7.5.1.1. Luiz Gonzaga tenta comprar canção de Patativa do Assaré....	97
7.5.1.2. O vendedor de sambas Nelson Cavaquinho	98
7.5.1.3. O “compositor” de sambas Francisco Alves e os vendedores Ismael Silva, Nilton Bastos e Noel Rosa.....	99
7.5.1.4. O samba “14 anos” de Paulinho da Viola.....	101
7.5.1.5. A “parceria” frutífera de Dorival Caymmi e Carlinhos Guinle.....	102
7.5.1.6. Moreira da Silva compra “Na subida do morro”	102

7.6. Orientador de monografia, dissertação ou tese acadêmica não é coautor	103
7.6.1. O caso de uma ex-orientanda que processou o professor ex-orientador	108
7.7. Direito ao nome não se confunde com direito moral à paternidade	111
7.7.1. Revogação do art. 185 do Código Penal	114
7.7.2. Direito ao nome em relação a projeto arquitetônico.....	116
7.8. Conceito aberto (indeterminado) de plágio e alguns critérios utiliza- dos para a sua identificação.....	122
7.8.1. Não existe plágio de ideias	131
7.8.2. Os plágios equivocadamente atribuídos a Ari Barroso, Bruno Gouveia (Biquíni Cavadao), Herbert Vianna, Tom Jobim e Zezé Di Camargo	137
7.8.3. O falsário que acusou, injustamente, o grupo mineiro Skank.....	144
7.8.4. O plágio de Roberto Carlos e Erasmo Carlos – “O careta”	145
7.8.5. O quase-plágio involuntário de Noel Rosa.....	146
7.8.6. O plágio de Rod Stewart por sobre a obra “Taj Mahal”, de Jorge Ben Jor	147
7.8.7. O correto uso das paráfrases	147
7.9. Modalidades de identificação do autor: o uso de pseudônimos.....	150
7.10. Violação ao direito de anunciar a autoria: sanções previstas no art. 108 da LDA-98	152
7.11. A omissão das autorias pelas emissoras de rádio e TV	155

7.11.1. Importância da tutela coletiva na defesa do direito moral à designação de autoria	167
7.11.1.1. O pioneiro Termo de Ajuste de Conduta (TAC) celebrado entre o MPT da 5ª Região e emissoras de rádio baianas.....	171
7.12. Omissão e erro na atribuição de autoria	175
7.12.1. A omissão da autoria de obras fotográficas e audiovisuais	177
7.12.2. A omissão dos nomes de intérpretes	181
7.13. A paternidade de canções folclóricas: o episódio Mané de Izaías ...	182
7.14. A paternidade de obras psicografadas: o caso da viúva de Humberto de Campos versus o médium Chico Xavier	187
7.15. A paternidade de obras feitas por <i>ghostwriter</i>	191
7.15.1. O <i>ghostwriter</i> da OAB/RS que reivindicou a autoria de 33 (trinta e três) artigos jurídicos publicados na mídia sob o nome do então presidente da Ordem gaúcha	197
7.15.2. O <i>ghostwriter</i> de Bruna Surfistinha, na obra <i>O Doce Veneno do Escorpião</i>	201
7.15.3. Os <i>ghostwriters</i> no ambiente acadêmico.....	211
7.16 A proliferação da desonestidade intelectual na pesquisa acadêmica	212
7.17. Critérios jurídicos para condenar, em danos morais, o autor de uma infundada acusação de plágio.....	220
7.18. Direito moral à paternidade: apenas para pessoa humana. Da impossibilidade de robôs e animais não humanos serem titulares dessa prerrogativa extrapatrimonial.....	227

Capítulo 8 – Direito ao Ineditismo da Obra	233
8.1. Considerações iniciais	233
8.2. Terminologia.....	236
8.3. Direito ao ineditismo: direito fundamental (CF, art. 5.º, XXVII).....	238
8.4. O direito ao inédito antes da LDA-98	239
8.5. O significado da “autorização prévia e expressa do autor”	239
8.6. O que se entende por acesso da obra ao público.....	240
8.7. Prazo máximo de dois anos para edição de obra.....	241
8.7.1. O célebre caso de Anatole France versus Editora Lemerre	242
8.8. Direito ao inédito: ponto de partida para exercício dos direitos patrimoniais	242
8.9. O exercício do direito ao inédito após a morte do autor	243
8.9.1. O testamento de Franz Kafka	253
8.10. A divergência de coautores no exercício do direito ao ineditismo	254
8.11. Cartas missivas em processos judiciais	255
8.12. Jurisprudência.....	256
8.12.1. Último capítulo da novela “Ti ti ti” publicado pela revista “Amiga”	256
8.12.2. Comercialização não autorizada de palestras	258
8.12.3. Cinco famosos julgados ocorridos na França.....	258

8.12.3.1. Lacordaire <i>versus</i> editor de Lyon	258
8.12.3.2. Pourchet <i>versus</i> Rosa Bonheur	259
8.12.3.3. Whistler <i>versus</i> Eden.....	260
8.12.3.4. Charles Lecocq <i>versus</i> Sra. Cinquin	261
8.12.3.5. Camoin <i>versus</i> Carco.....	262
Capítulo 9 – Direito à Integridade da Obra.....	265
9.1. Considerações iniciais.....	265
9.2. Direito moral à integridade: conceito e breve histórico legal	267
9.3. O direito à integridade na Convenção de Berna	269
9.4. Prejuízo à obra ou agressão à “honra” ou à “reputação” do autor.....	269
9.5. Terminologia.....	275
9.6. Integridade de obras teatrais, musicais e personagens de quadrinhos	275
9.6.1. A ação movida por Chico Buarque e Ruy Guerra por causa do uso da canção <i>Sonho Impossível</i> em anúncio publicitário da empresa de telefonia Vésper.....	281
9.7. Integridade de obras fotográficas	286
9.8. Integridade de obras audiovisuais	286
9.9. Integridade da edição gráfica de obras musicais.....	290
9.10. Integridade de obras de artes plásticas	291
9.10.1. O processo de Yara Tupinambá contra o Município de Belo Horizonte.....	297

9.10.2. O processo de Juarez Paraiso contra a Igreja Evangélica Renascer em Cristo	304
9.10.3. O processo de Carlos Bastos contra Lojas Insinuante Ltda. e Banco Econômico S/A em liquidação extrajudicial.....	308
9.10.4. O processo de Ângelo Roberto contra o IBAMETRO e o Estado da Bahia.....	312
9.10.5. O processo de Roberto Umansky contra a Caixa Econômica Federal	315
9.10.6. O processo de Pablo Serrano contra Industrias Turísticas, S.A.....	316
9.10.7. O processo de Don Guillermo Rodríguez Mingorance contra Patronato Municipal de Cultura, Juventud y Deporte del Ayuntamiento de Móstoles (Madrid)	317
9.10.8. O processo de María Waveluk contra a Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Moscou	318
9.10.9. O processo de Fernando Calhau contra a proprietária do restaurante Baluarte	319
9.10.10. O caso Harry Abend <i>versus</i> Banco Provincial	320
9.10.11. Gabriel Calle Arango <i>versus</i> Centro Comercial San Diego, em Medellín	322
9.10.12. A revolta de Diego Rivera contra Nelson Rockfeller	324
9.10.13. Carta de Frida Kahlo ao Presidente do México	325
9.11. Critérios para solução de conflitos entre direito moral à integridade da obra de arte plástica e direito de propriedade do dono do suporte	326

9.12. O dever do Estado de proteção ao patrimônio histórico, cultural e artístico	335
9.13. Integridade de obras caídas em domínio público.....	336
9.13.1. Uma interpretação mais ampla do § 2.º do art. 24, e o <i>happening</i> , promovido pelo economista Amaury Fassy, que destruiu trinta aquarelas do artista plástico Paul Garfunkel	340
9.14. Paródia: liberdade de expressão <i>versus</i> direito moral à integridade da obra	343
9.14.1 Requisitos para a licitude de uma paródia musical	345
9.14.1.1. A paródia não deve ser <i>verdadeira reprodução</i> da obra originária	346
9.14.1.2. A paródia não deve implicar <i>descrédito</i> à obra originária	346
9.14.1.3. A paródia deve respeitar a honra, a intimidade, a imagem e a privacidade de terceiros	347
9.14.1.4. A paródia deve respeitar o direito moral de ineditismo do autor da obra parodiada	350
9.14.1.5. A paródia não deve ter intuito de lucro direto para fins publicitários	350
9.14.2. O Recurso Especial n. 1.597.678/RJ – alegação de <i>paródia</i> da obra <i>Garota de Ipanema</i> em anúncio publicitário	353
9.14.2.1 Críticas ao Recurso Especial n. 1.597.678/RJ: o risco de proliferação de adaptações publicitárias, com toques de humor, sem a autorização dos titulares, sob o argumento de <i>paródias</i>	355

9.14.3. A paródia em propagandas eleitorais.....	358
9.15. Direito à integridade dos intérpretes	363
9.15.1. O caso João Gilberto na malsucedida remasterização do CD “O Mito” (“ <i>The Legendary João Gilberto</i> ”)	364
9.15.2. O caso da violação do <i>droit au respect</i> de <i>l’interprétation</i> de Henri Salvador	367
9.15.3. Imitação de voz (intepretação): a ação do cantor Sidney Magal por causa do anúncio publicitário da cerveja Devassa	368
9.16. O dever do tradutor de respeitar a integridade das obras originárias	374
Capítulo 10 – Direito à Modificação da Obra	381
10.1. Considerações iniciais	381
10.2. Breve histórico em nosso ordenamento jurídico	385
10.3. Direito moral de modificação: conceito e fundamentos	386
10.4. Modificação: alteração do conteúdo	389
10.5. Intransmissibilidade <i>mortis causa</i> do exercício do direito de modificação	391
10.6. Limites ao exercício do direito de modificar: direito adquirido e coautoria	392
10.7. Versão definitiva de uma obra	395
10.8. A atualização de obras jurídicas e o exercício desarrazoado do direito moral à modificação por terceiros.....	396

Capítulo 11 – Direito ao Arrependimento da Obra	399
11.1. Considerações iniciais.....	399
11.2. Terminologia.....	404
11.3. A ligação do direito ao ineditismo com o direito ao arrependimento	405
11.4. Condições para o exercício do direito de arrependimento	406
11.4.1. Afronta à <i>reputação</i> e à <i>imagem</i> do autor: crítica à LDA-98...406	
11.4.2. Ausência de abuso de direito	416
11.4.3. As prévias indenizações a terceiros.....	418
11.5. Direito ao arrependimento em outros países	420
11.6. Significado da expressão “retirar de circulação a obra”	426
11.7. A reabilitação do preso e a proibição de anotação do motivo da despedida na Carteira de Trabalho do empregado.....	429
11.8. Ausência de “prazo de reflexão” para exercício do direito ao arrependimento	431
11.9. Exemplos de arrependimento de autores	431
11.9.1. Rosa Mystica, de Afrânio Peixoto: “Incorrigível. Só o fogo.”	434
11.9.2. <i>Manual Prático do Vampirismo</i> , de Paulo Coelho	437
11.9.3. “O Mundo da Paz”, de Jorge Amado.....	439
11.9.4. O “saravá” do Samba da Benção, de Baden Powell e Vinícius de Moraes	442

11.9.5. Tim Maia e o relançamento <i>post mortem</i> de seu renegado disco <i>Racional</i>	443
11.9.6. Os “100% de arrependimento” de Rodolfo Abrantes, missionário cristão e ex- <i>Raimundos</i>	445
11.10. Arrependimento de intérpretes	447
11.10.1. Xuxa e o filme “Amor, estranho amor”	450
11.10.2. Durval Lelys e a canção <i>Osama, Osama Bin Laden</i>	454
11.10.3. Madonna e o videoclipe <i>American Life</i>	455
11.10.4. O primeiro disco de Roberto Carlos: “Louco por você”	456
Capítulo 12 – Direito ao Acesso a Exemplar Único e Raro de Obra em Poder de Terceiro.....	459
12.1. Considerações iniciais	459
12.2. Natureza jurídica: direito moral ou patrimonial?	460
12.3. Limitação ao direito de propriedade	463
12.4. Requisitos	466
12.5. Finalidades	469
12.5.1. Possibilidade de o autor divulgar e comercializar a sua obra	469
12.5.2. Preservação da memória do autor: o exemplo de Candido Portinari.....	471
12.5.3. Ajuda na fiscalização das vendas	472
12.5.4. Prevenção contra futuras falsificações	473

12.6. Significado da expressão “maneira menos inconveniente possível”	474
12.7. “Ter acesso”: possibilidade de deslocamento da obra?	475
12.8. Intransmissibilidade do exercício do direito moral de acesso: prejudicial aos interesses dos sucessores e da coletividade de acesso a bens culturais.....	476
Conclusões	479
Referências	487
Apêndice.....	505
Posfácio à primeira edição	509